Políticas educacionais para formação, valorização e trabalho docente

Andréia Nunes Militão
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

Celia Maria Fernandes Nunes
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

Leila Pio Mororó
Universidade do Sudoeste da Bahia (UESB)

A publicação do Dossiê "Políticas Educacionais para a Formação, Valorização e Trabalho Docente" no atual contexto reafirma a importância da produção do conhecimento centrada nessas temáticas.

A sociedade civil reivindica a "Valorização de profissionais da educação: garantia do direito à formação inicial e continuada de qualidade, ao piso salarial e carreira e às condições para o exercício da profissão de maneira segura e saudável", aspecto presente no Eixo V do Documento Final da Conferência Nacional de Educação (CONAE/2024). Esse Documento deu subsídios para proposição do PL 2614/2024 e constituiu-se em ativo potente para os posicionamentos públicos das entidades acadêmico-científicas em diversos contextos, notadamente, em *lives*, audiências públicas e na proposição de emendas parlamentar, seja no âmbito da Câmara dos Deputados, seja no âmbito do Senado.

A recente aprovação do novo Plano Nacional de Educação por meio da Lei n. 15.388 de 14 de abril de 2026 evidencia que as questões atinentes à valorização dos profissionais da educação passaram a comparecer neste Plano em razão das elaborações teóricas e normativas que a fundamentam.

Entre os avanços, podemos destacar que entre os 19 objetivos, temos o Objetivo 17 - Garantir formação, valorização e condições de trabalho adequadas aos profissionais da educação básica, de modo a elevar a qualidade da educação, que traz em suas metas assegurar que todos os docentes da educação básica possuam formação específica em nível superior;

DOI: 10.5281/zenodo.21311863

equiparação do rendimento médio dos profissionais de cada etapa da educação básica ao dos trabalhadores das demais ocupações com requisito de escolaridade equivalente; garantir de planos de carreira para todos os profissionais da educação básica pública e para os profissionais do magistério, adotados como referência o piso salarial nacional profissional e o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para atividades de interação com os educandos.

Embora não tenhamos alcançado a proposição de assegurar que até o quinto ano de vigência do novo PNE, no mínimo, 90% (noventa por cento) dos profissionais do magistério e 50% dos/as profissionais da educação em cada rede pública de ensino tenham vínculo estável por meio de concurso público em consonância com o que estabelece o art. 206, inciso V, da Constituição Federal, conseguimos colocar na redação da Lei 15.388/2026, a redução progressiva do número de profissionais do magistério sem cargo efetivo a no máximo 30% (trinta por cento) em cada rede pública. Por fim, outro ponto importante refere-se a garantir que 70% dos docentes da educação básica concluam cursos de pós-graduação relacionados com a respectiva área de atuação profissional que promovam o aprimoramento da docência, das práticas pedagógicas ou do exercício das demais funções pertinentes ao magistério.

Como campo acadêmico e teórico que investiga as decisões, os fundamentos e os impactos das ações do Estado, a Política Educacional tem o enorme desafio de desvelar, teórica e metodologicamente, a relação entre essas ações, as demandas sociais e os diversos projetos de educação em disputa histórica pelo controle do Estado e pela hegemonia na formação da classe trabalhadora.

Dentre as políticas educacionais, as relativas à docência poderiam ser consideradas como as que têm atravessado, no século XXI, a mais dura dessas disputas revelada, no Brasil, pela alternância de propostas normativas e de ações governamentais que geram inúmeras implicações sobre a educação.

Este Dossiê reúne pesquisas e reflexões que, a partir de suas discussões teóricas e empíricas, problematizam os fundamentos, os desdobramentos e os desafios das políticas educacionais voltadas à docência, a partir de três eixos, a saber: a formação dos/das professores/as, a valorização e o trabalho docente.

Ao articular esses três eixos, o presente Dossiê pretende contribuir para o adensamento

do debate acadêmico e para a formulação de subsídios teórico-metodológicos que incidam sobre a agenda pública educacional. As pesquisas aqui reunidas dialogam com diferentes matrizes analíticas e abordagens metodológicas, tendo como horizonte comum a defesa da docência como trabalho intelectual e político.

A diversidade de temas - remuneração docente, formação de professores/as para uso das tecnologias, para o trabalho na educação em tempo integral nas políticas públicas, para a Educação de Jovens e Adultos; a relação entre desenvolvimento profissional docente e o Pibid - revela a complexidade da área de pesquisa das políticas educacionais sobre a docência.

O mesmo pode ser dito sobre as bases teóricas e metodológicas das pesquisas que compõem o dossiê, indicando a riqueza epistemológica da área. Além das problematizações e metodologias de investigação diversificadas, o Dossiê buscou também apresentar pesquisas e estudos desenvolvidos em diferentes regiões do Brasil e do exterior, focando, nesse último, na Venezuela. De autoria de Uriel José Castellanos Aguirre, o artigo denominado *Voces silenciadas en el tiempo: política educativa en una universidad de Venezuela* busca desvelar o sentido que os atores vinculados a Universidade Experimental Libertador - Instituto de Melhoramento Profissional do Magistério (UPEL-IMPM), Sede Acadêmica "Cerro Arriba" atribuem às políticas educacionais com os princípios e valores da Cultura Livre em suas práticas. O estudo indicou a prevalência do silenciamento dos atores universitários devido à constante negociação de suas diferenças com o Estado e seus cotidianos.

Desenvolvido a partir de uma pesquisa de revisão bibliográfica, o texto *Remuneração docente em Mato Grosso do Sul a partir do Fundeb (2007-2020): o que dizem as produções?*, de Ana Carolina Alves Tibúrcio e Solange Jarcem Fernandes, analisa, em teses, dissertações e artigos, como essas abordam a relação entre o Fundeb e a remuneração docente, concluindo que, na totalidade das obras analisadas, há uma relação direta entre o Fundeb e a valorização docente.

Abordando aspectos sobre a relação entre formação e trabalho docente, os textos de Cosmerina de Souza de Carvalho e Lívia Andrade Coelho, *Entre desafios e reinvenções: a formação docente e o uso das TDIC durante a pandemia provocada pela Covid-19*; de Antônio Domingos Moreira, Arlete Ramos dos Santos e Vandilza de Oliveira Santos - *A*

DOI: 10.5281/zenodo.21311863

Educação em Tempo Integral na Rede Municipal de Educação de Bom Jesus da Lapa/Ba: O Currículo e a Formação de Professores - e de autoria de Mônica Clementino de Menezes, Andréa Andrade Oliveira Prado, Laurent Sofia Arias Arce e Adenilson Souza Cunha Junior o artigo *Desafios na formação docente para a Educação de Jovens e Adultos* - problematizam essa relação nos contextos das tecnologias de informação, da escola em tempo integral e da Educação de Jovens e Adultos. Apesar de apresentarem problemas e metodologias de investigação diferentes, esses três estudos têm em comum a conclusão de que, na relação formação e trabalho docente, o direito à formação tem recaído sobre os docentes que trabalham sob condições precárias e insuficientes para que as políticas educacionais envolvidas se movimentem.

O texto de Emiliana Maia e Leila Pio Mororó intitulado *As contradições do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) e o desenvolvimento profissional dos/as professores/as supervisores/as à luz do MHD*, analisa o desenvolvimento profissional docente de professores supervisores de diversos projetos do Pibid de uma instituição, demonstrando que a potencialidade formativa (e de formação) dessa experiência tem como obstáculo as condições de trabalho docente nas escolas de educação básica.

De autoria de Andreiza Irias da Silva Martins, Jairo Antônio da Paixão e Wânia Maria Guimarães Lacerda, o artigo *Políticas educacionais brasileiras: descontinuidades e reflexos na atuação docente no período de 1996-2024*, por meio do Estado do Conhecimento, problematiza as políticas educacionais brasileiras e suas implicações na ambiência educacional e atuação docente no período de 1996-2024. O estudo indicou que as reformas educacionais subordinam a formação docente às demandas do mercado de trabalho, priorizando processos formativos orientados por resultados de avaliações externas e pela lógica produtivista. Com relação à valorização profissional, as autoras enfatizam que o descumprimento da Lei do Piso Salarial Profissional Nacional e da criação de planos de carreira impactam na valorização e a trajetória profissional.

Fechando o Dossiê, o texto *Formação docente nos planos municipais de educação: planejamento, metas e desafios da política educacional municipal* de Marinalva Nunes Fernandes, Adriana Malheiros Castro e Marcos Gomes Pereira discute as metas relacionadas a valorização docente nos Planos Municipais de Educação no território do Sertão Produtivo da

Bahia. A pesquisa localiza nos planos municipais o reconhecimento da importância da formação docente para a melhoria da qualidade da educação, mas também a persistência de desafios relacionados à articulação entre planejamento educacional, políticas de valorização do magistério e condições efetivas de implementação.

Convidamos pesquisadores, docentes da educação básica e os diversos atores da sociedade civil e política a explorarem os artigos que compõem este Dossiê que, certamente, alimentarão a construção de políticas de valorização, em especial, a construção dos novos planos estaduais e municipais. Boa leitura!

DOI: 10.5281/zenodo.21311863